



PATRIARCADO E A REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA MÍDIA TELEVISIVA BRASILEIRA

Maria de Fátima Jerônimo Marques¹

Resumo: A pesquisa problematiza a participação do veículo televisivo, na reprodução e manutenção do sistema patriarcal. O patriarcado é um sistema de organização social no qual as relações entre o masculino e o feminino apresentam-se de forma hierarquizada e desigual resultando na opressão e exploração das mulheres. A mídia, particularmente, a televisão faz parte do cotidiano dos sujeitos e, em uma época em que as dimensões da vida social são submetidas aos ditames do mercado, a televisão não foge a regra, prevalecendo uma televisão alienante, racista e machista, ditando estilos de vida, comportamentos, hábitos, legitimando e naturalizado as desigualdades sociais e de gênero.

Palavras-chaves: Patriarcado, televisão e relações de gênero.

Abstract: The research presents the vehicle from the television, the reproduction and maintenance of the patriarchal system. The patriarchy is a system of social organization in which relations between the male and female present themselves in a hierarchical and unequal results in the oppression and exploitation of women. The media, particularly television is part of daily life of subjects and in a time when the dimensions of social life are subject to the dictates of the market, the TV does not escape the rule, whichever one television alienating, racist and sexist, dictating styles of life, behavior, habits, and naturalized legitimizing social inequality and gender.

Key words: Patriarchate, television and gender relations.

¹ Mestranda. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: fatimassocial76@yahoo.com.br



1. Determinações do objeto de pesquisa

A mídia tem ganhado cada vez mais espaço na vida dos sujeitos sociais. São diversas as formas que ela encontra para se tornar visível e enfatizar seu poder de formação do cotidiano social: produz modismos, estilos de vida, sonhos, dita padrões de comportamento para crianças/jovens, adultos/idosos, homens/ mulheres, reproduz modos de vida e de se relacionar e as mais diversas formas de violências, naturaliza preconceitos. As grandes corporações midiáticas - jornais, rádio, televisão e internet são criadas e dirigidas majoritariamente, pela e para a classe dominante. São continuamente utilizadas para construir e divulgar a ideologia dominante, ou seja, a ideologia que dá sustentação a sociedade capitalista.

Na sociedade capitalista, sob a lógica do mercado, do consumo, do individualismo, estrategicamente, os meios midiáticos, em especial, a televisão, orientados pela burguesia têm se mostrado eficazes na produção e/ou na promoção e difusão de estilos de vida, ideologias, comportamentos que buscam promover a satisfação e a tranquilidade das pessoas numa sociedade permeada por contradições, violências e desigualdades.

A TV brasileira segue, segundo Patias (2006), a fórmula da mídia norte-americana, uma fórmula que segundo o autor fundamenta-se no tripé: violência, sexo e esporte, sendo basicamente estes três gêneros que predomina na telinha. O autor afirma ainda que, já no final da década de 60 – poucos anos após a tímida inauguração da primeira emissora -, os programas transmitidos retratavam a miséria humana, conflitos familiares, histórias policiais e mendigos garantiam a audiências emissoras. Para Ceccarelli (s/d), atualmente, se percebe um aumento excessivo do "consumo da violência" [grifo do autor] sendo mediante a exploração desta, que o faturamento é garantido. Os fatos mais chocantes são transmitidos a exaustão, o "11 de setembro", o caso "Nardone", e mais recentemente o caso "Eloá" são exemplos de como a mídia - jornalística - apropria-se da violência para fazer o telespectador assistir (comprar) apenas por atração, impacto ou mera curiosidade o fato transmitido, "uma vez que a exploração da matéria não acrescentará nada além daquilo que já foi anunciado" (PATIAS, 2006, p. 01).

É fato que a violência é um dos produtos mais vendidos pela televisão. Todavia, essa, não é produto exclusivo da televisão, é um fenômeno social antigo, que se expressa de formas diversas a partir das configurações de cada sociedade e que encontra no veículo um aliado na sua banalização e naturalização. As formas, generalização e frequência que a violência se apresenta no cotidiano social, levaram-na a ser considerada como um problema social global e epidêmico típico da sociedade contemporânea, afetando diretamente as pessoas que a vivenciam, mas indiretamente a sociedade como um todo. Nesse sentido, frequentemente, a violência constitui objeto de estudo e reflexão em diferentes áreas de conhecimento e alvo de políticas diversas. No entendimento de Arrazola (1999), ela é analisada como condição estruturante das sociedades. E ainda, conforme salienta Inácio (2003, p.127), "as discriminações, desigualdades e antagonismos de classe, raça/etnia, gênero e geração caracterizam uma violência estrutural que atinge a imensa maioria da população pauperizada e as [ditas] minorias sexuais, étnicas e etárias".

As primeiras aproximações e incursões sobre a problemática foram realizadas com o trabalho de conclusão de curso. No entanto, percebemos ser esse, insuficiente para



responder a todas as indagações suscitadas no decorrer de sua elaboração, tendo em vista sua abrangência e complexidade. A necessidade de dar continuidade ao estudo da temática deve-se também a relevância do assunto para a sociedade, uma vez que, o desnudamento da violência contra a mulher em todas as suas formas e expressões, só é possível mediante um contínuo processo de reflexão crítica dos determinantes históricos, econômicos, sociais e culturais que a fundamenta e legitima.

Nas matérias jornalísticas que referenciam casos de violência contra a mulher, percebemos a predominância dos discursos psicologizantes, nessas as violências sofridas pelas mulheres resultam do descontrole emocional do agressor. A preocupação aqui é o entendimento de que a violência é exercida a partir do desejo racional de maltratar, explorar, agredir não é, portanto, apenas resultado de descontroles psicológicos. A violência contra a mulher é segundo Fernandes e Mota (2008) um crime do patriarcado que se sustenta no controle do corpo, da vontade e da capacidade punitiva sobre as mulheres pelos homens. Nesse sentido, a análise e reflexão sobre a produção cultural legitimada no discurso midiático que “reafirma uma visão de um mundo machista, indo de encontro a todos os avanços legais simbólicos que vêm tentando diluir as desigualdades de gênero” (RIBEIRO, 2007 apud FEITOSA, 2007, p. 17), faz-se necessário, sobretudo para a desconstrução da cultura patriarcal, machista e sexista que se faz presente no cotidiano social.

2. Gênero, Patriarcado e violência categorias essenciais na análise

Para procedermos a uma análise crítica da reprodução da violência de gênero na televisão brasileira, faz-se necessário primeiramente a compreensão das categorias que determinam e fundamentam as relações entre homens e mulheres na sociedade. Assim abordaremos as categorias, gênero, patriarcado e violência como subsídios na análise.

As diferenças biológicas convertidas em características sociais, as instituições, a normatização social e a organização econômica, constituem raízes que estruturam as relações desiguais de gênero. À medida que a diferenciação natural entre machos e fêmeas (reprodução) foi sendo percebida e a apropriação do excedente foi estabelecida, foram instituídos e difundidos modelos específicos de homens e mulheres, que aceitos e internalizados pelo coletivo passaram a compor o processo de formatação do feminino e do masculino (LOURENÇO, 2004). Assim, temos como resultado relações hierárquicas que historicamente têm promovido a dominação exploração das mulheres.

No conjunto das relações sociais são perceptíveis as desigualdades entre as categorias de sexo. Tais desigualdades desencadeiam uma série de violências - desvalorização profissional, exploração sexual, violência doméstica, discriminação, preconceitos, dentre outras, que compõem o cenário da vida das mulheres na sociedade.

Para Richartz (2004, s/p) o conceito de patriarcado “traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre seres com poderes desiguais”. As diferenças sexuais presentes no ser macho ou fêmea são convertidos em subordinação histórica das mulheres. Segundo esta autora, a violência contra a mulher é um exemplo típico de como as desigualdades se manifestam.

Conforme Saffioti (2004) apud Feitosa (2008,), o homem perpetra o poder de mando sobre tudo e todos que estão o seu redor, sob a justificativa de ser superior apenas por sua condição anátomo – fisiológica. Pateman (1993, p. 16-17) apud Saffioti (2004, p. 53) afirma



que

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição [...] o pacto original é tanto um contrato social quanto sexual: é social no sentido patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres.

Para Saffioti (2004), as relações hierárquicas existentes na sociedade devem ser entendidas a partir do nó formado pelo capitalismo, racismo, patriarcado. Para Saffioti (1987), apud Richartz (2004), não existe uma luta que seja mais importante, que mereça maior atenção do que a outra. Os conflitos de classes não são mais relevantes por atingir um setor mais expressivo da sociedade - o sentido econômico - “do que a luta contra a discriminação racial e a dominação da mulher pelo homem que atingem setores que, embora majoritários, recebem tratamento de minorias” (ibid., s/p). As lutas não podem ser encaradas como específicas de uma única categoria. Os problemas raciais dizem respeito a negros e brancos; o combate ao patriarcado, a homens e mulheres.

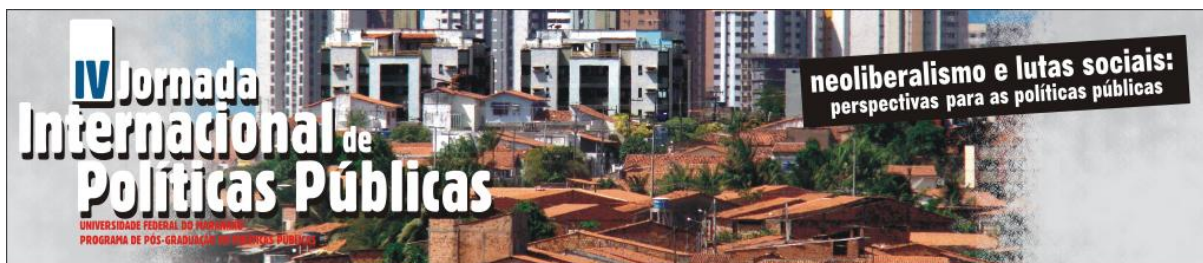
Assim, a luta pela igualdade entre homens e mulheres não se limita ao enfrentamento à sociedade de classe. As sociedades socialistas, que privilegiaram apenas a abolição da luta de classes, não conseguiram pôr fim, simultaneamente, ao racismo e à inferioridade das mulheres. Dessa forma, não é suficiente destruir a propriedade privada, acreditando que a partir daí também serão destruídos o racismo e o machismo. Como destaca SAFFIOTI (1987, p. 91) apud RICHARTZ, (2004), “Esses preconceitos perduram porque “[...] existem estruturas de poder, traduzidas por relações sociais de dominação-subordinação, que não se alteram enquanto forem tratadas, de maneira simplista, como preconceitos”.

O capitalismo acentuou a divisão sexual do trabalho. A produção material é um campo é destinado, predominantemente aos homens, aos quais, historicamente fica atribuída a esfera pública. Por outro lado a mulher permanece restrita a esfera da reprodução, “não só biológica, mas também dos aspectos culturais e sociais a serem perpetuados pelas gerações” (LOURENÇO, 2004, P.68). Esta postura dicotomizada entre a produção e a reprodução forma a totalidade no mundo das relações sociais.

As desigualdades entre homens e mulheres - relações de gênero se expressam socialmente através de símbolos culturais, nas normas impostas pela sociedade que traduzem tais símbolos como também na subjetividade dos sujeitos. Para Arrazola,

[...] o gênero é construção histórica; é construído no processo das contradições de cada sociedade e das contradições nas relações entre homens e mulheres imbricadas [...] pelas relações de classe e étnico-raciais (ARRAZOLA, 199:11).

A naturalização dos papéis e das relações de gênero faz parte de uma ideologia hegemônica, que impõe determinada caracterização de homem e mulher, com atribuições do biológico, segundo a qual existe uma essência feminina e uma masculina predominante desde o nascimento. Deste modo, as relações de gênero estruturam e engendram uma rígida divisão sexual do trabalho (FARIA, 1997, p. 22). Assim, é depositada no homem a responsabilidade da subsistência econômica designando-lhe o trabalho na produção, e o trabalho doméstico atribuído à mulher, estando mais relacionado com a reprodução – ter



filhos e criá-los.

Analisando como são estabelecidas as relações entre homens e mulheres, é possível identificar como as desigualdades são construídas historicamente numa relação de exploração-dominação e sobreposição dos homens sobre as mulheres. Significa dizer que os valores e idéias que fazem parte do imaginário social dão suporte a hierarquias de poder entre os sexos e fazem com que a relação dominação/submissão entre homem e mulher esteja presente nos mais diversos os espaços sociais: na família, nas empresas, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos políticos, na mídia. A identidade social, tanto a da mulher, como a do homem, é, portanto, construída por meio de distintos papéis são exercidos “pelas diferentes categorias de sexo”. (RICHARTZ, 2004). As atribuições sociais determinadas para homens e mulheres acabam sendo naturalizadas pela sociedade.

Por ser naturalmente destinada à maternidade, com um corpo perfeito, carinho e paciência na medida certa, o espaço doméstico fica destinado à mulher. Cabe a ela socializar os filhos, mesmo quando trabalha fora do lar para ganhar seu próprio sustento e o dos filhos, ou ainda, para “complementar” o salário do marido. [...] Todas as funções naturais como a maternidade, alimentação e sono sofrem intervenção social. É a sociedade que determina como serão os partos, o que comer, como e quando dormir (RICHARTZ, 2004, s/p).

Essa naturalização dos processos sócio-culturais legitima a discriminação da mulher, e de outros segmentos sociais (negro, pobre, homossexual), e constitui o caminho mais fácil para confirmar a “dominação” dos homens, da mesma forma como se confirma a superioridade dos brancos, a dos ricos e a dos heterossexuais.

Os conceitos gênero e patriarcado são, pois, conceitos complementares na compreensão das relações sociais entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens. Eles nos ajudam a apreender criticamente as desigualdades e as diversas formas de violência, que caracterizam as relações sociais, em particular, nas modernas sociedades capitalistas e que marcam, sobremaneira, a vida das mulheres.

A violência contra a mulher constitui uma das tantas expressões da construção de gênero na sociedade e como tantas outras manifestações de violência, não é um elemento peculiar da contemporaneidade, trata-se de um fenômeno milenar e mundial, caracterizado por estar presente em todas as sociedades, independentemente do grau de organização social, econômica e cultural ou religiosa (MARQUES e SOUZA, 2007). Como afirma Feitosa (2008), a violência perpetrada contra a mulher destaca-se como um exemplo claro das desigualdades que se estabelecem entre homens e mulheres na sociedade, apresentando-se de forma multifacetada e perpassando rotineiramente o cotidiano da maioria de mulheres de todas as classes sociais, raças/etnia.

A naturalização da violência contra a mulher se legitima de certa forma nos costumes, valores, normas, que legitimam a submissão feminina ao masculino. A dimensão simbólica, citada anteriormente, ocorre no momento em que se traduz para o senso comum à padronização de valores, costumes, hábitos e práticas que naturalizam o processo de exploração/dominação, expressas no preconceito e na discriminação (INACIO, 2003). Baseada em Costa (1986), Inácio (2003) chama a atenção para a dimensão coercitiva da violência, ou seja, para o uso da força física e da agressão moral de um indivíduo sobre o outro. Assim, a violência praticada contra as mulheres engloba as dimensões: coercitiva e



simbólica² arraigadas nas relações de gênero.

Segundo Fernandes e Mota (2008, p. 01), no Brasil, foram os movimentos feministas que iniciaram nos anos de 1970, as denúncias, mobilização e enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres que se materializava nos crimes cometidos por homens contra suas esposas/companheiras. A argumentação da defesa da honra era então justificativa para muitos crimes contra mulheres, “mas no contexto de reorganização social para a conquista da democracia no país e do surgimento de movimentos feministas, este tema vai emergir como questão pública, política”, a ser enfrentada pela sociedade por ferir a dignidade e os direitos humanos das mulheres.

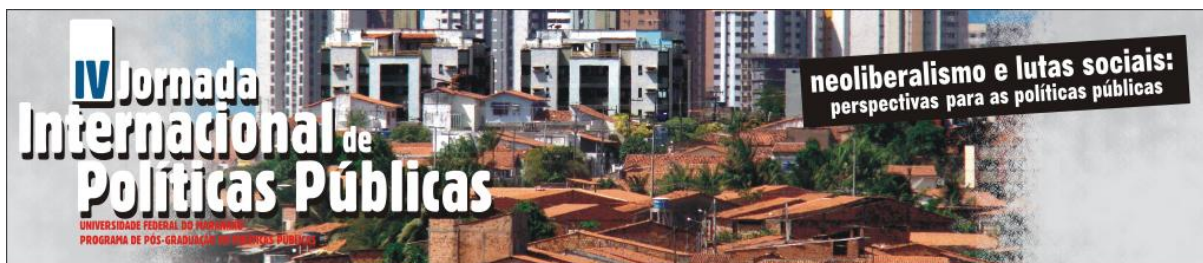
Como afirma as autoras, muitos foram os avanços alcançados pelas mulheres no Brasil na direção da garantia dos direitos humanos das mulheres e da equidade de gênero, podemos citar como exemplo a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres - DEAMs, “que hoje somam 339 no país, o surgimento de 71 casas abrigo” (FERNANDES & MOTA, 2008, P. 01), os núcleos e centros de apoio que prestam atendimento e orientação às mulheres vítimas, fazendo um trabalho de denúncia e conscientização social para a prevenção e enfrentamento violência contra a mulher. “Ocorreram também mudanças no Código Penal como a retirada do termo "mulher honesta" e a adoção da pena de prisão para agressores de mulheres, em substituição às cestas básicas” (ibidem). A criação da Lei 11.340, a Lei Maria da Penha, para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres.

As mulheres estão caminhando para a construção de direitos e de autonomia, mas a cultura patriarcal continua a persistir como forma de estruturação de sujeitos. Assim, conforme Fernandes e Mota (2008, p. 01) faz-se necessário que toda a sociedade se mobilize para desfazer os valores e as práticas que dão suporte essa dominação masculina, “transformando mentalidades, desmontando as estruturas profundas que persistem no imaginário social apesar das mudanças que já praticamos na realidade cotidiana”.

Sabemos que as formas e expressões de violência produtos das relações sociais são reforçadas, legitimadas, justificadas pelo modo como são abordadas nos meios de comunicação, em particular, na TV, cuja inserção na vida social é bastante significativa. A apreensão crítica destas realidades sociais coloca-nos, ao mesmo tempo, diante de desafios importantes: combater toda forma de desigualdade e de preconceito, lutar por novas relações entre homens e mulheres, entre homens e homens, mulheres e mulheres, passíveis de se realizar apenas em outra formação social diferente da formação capitalista. Não abrir mão da luta por ampliação de direitos e por políticas sociais no âmbito da sociedade capitalista como espaço de constituição de cidadãos mais críticos e conscientes.

3. Conclusão

² A violência física, com as lesões corporais e o assassinato; a violência sexual, com os crimes de estupro, atentado violento ao pudor e assédio sexual; passando pela violência moral/psicológica, identificada nos crimes de honra (calúnia, injúria e difamação) e gestos de ironia, humilhação verbal, ameaça, intimidação que causem danos e objetos de valor afetivo e material da mulher, despertando sentimentos de medo, insegurança e vergonha; até a violência simbólica presente no preconceito e discriminação, enquanto uma expressão do abuso e das desigualdades de poder entre os gêneros feminino e masculino. (INACIO, 2003, p. 133)



Portanto, concluímos que ao reproduzir papéis e modelos que põe a mulher em situação de desigualdade, a televisão compactua diretamente com a violência de gênero, uma vez tais modelos, estereótipos e /ou papéis tradicionais de mulher, destituem esta de seu papel político e influenciando diretamente na vida destas. Assim, Se quisermos ter um retrato real da sociedade, e que a TV cumpra a vocação de “janela do mundo”, é preciso que ela mostre o mundo tal qual ele é, com sua diversidade, que respeite os direitos dos sujeitos e que contribua para a desconstrução dos valores tradicionais. E isso não é só para a TV, mas para toda mídia. “Quando passamos em uma banca de jornal, temos uma idéia de como se vê a mulher e sobre o que se pensa que a mulher deseja: peito, bunda e cozinha”. A mulher não é apenas isso é um sujeito político e merece serem representadas como o tal, nas rádios, TVs e internet.

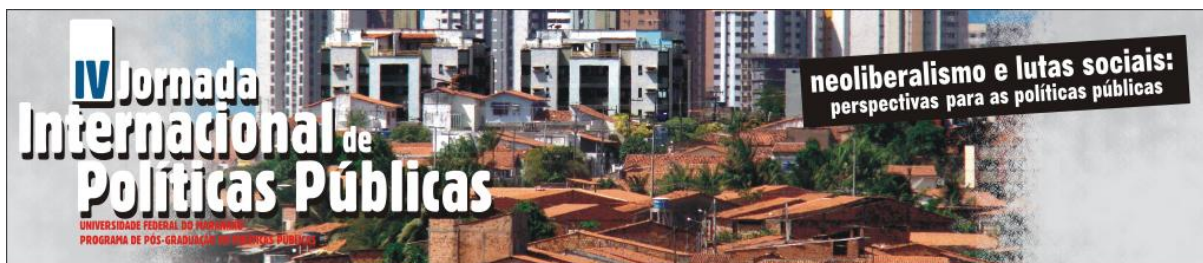
REFERENCIAS

ARRAZOLA, Laura S. Duque. **A mulher sob o signo da violência. Marca invisível para um olhar androcentrico.** CIELA/UNICEF. Recife, 1999

Ceccarelli, Paulo Roberto. **Violência e TV.** 2002. Disponível em: <http://www.ceccarelli.psc.br/artigos/portugues/html/violencia.htm>. Acesso em 14/02/08

CRUZ, Sabrina Uzêda da. **A representação da mulher na mídia: um olhar feminista sobre as propagandas de cerveja.** (s/d). Disponível no endereço eletrônico: www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=367. Acesso em 30/07/2008

EVANGELISTA, João Emanuel. **Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna.**



Disponível no endereço eletrônico: http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&client=firefox-a&q=cache:KAA87Xv5OI0J:www.bibvirt.futuro.usp.br/index.php/content/download/1317/6611/file/nor0134_05.pdf+Elementos+para+uma+teoria+marxista+da+

FARIA, N. e NOBRE, M. **Gênero e Desigualdade**. Coleção Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF: 1997. In: Curso de Especialização em Assistência Sócio-Jurídica e Segurança Pública. Programa de Pós-Graduação da FACEX, Natal-Rn: março de 2007.

FEITOSA, Sônia de Melo. **As expressões do patriarcado nas letras das músicas de forró**: Uma análise de gênero. Monografia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. 2007.

FERNANDES, Maria da Penha Maia; Mota, Maria D. de Brito. Brasil - **Femicídio ao vivo**: o que nos clama Eloá. 2008. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=35583>. Acesso em 16.01.09

GOLDENBERG, Miriam. **De perto ninguém é normal**: estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Record, 2004

INACIO, Miriam de Oliveira. **Violências contra mulheres e espera familiar**: uma questão de gênero?. Presença Ética. Revista Anual do grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética - GEPE/Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Recife/PE, Ano III, n 3, 2003

LOURENÇO, Sandra. **Gênero**: acepções e considerações. REVISTA CAPITAL CIENTÍFICO. Guarapuava-PR. v. 2. n. 1. p. 65- 78, jan/dez. 2004

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. [Tradução a partir da edição francesa] Maria Helena Barreiro Alves; revisão de tradução Carlos Roberto F. De Nogueira. 3ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 2003

MELO, Jacira. **A Mulher e os Meios de Comunicação**. Plataforma de Ação de Pequim - IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Janeiro 2000.

NETTO, J. P, Braz, M. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1. 258 p

PATIAS, Jaime Carlos. O telejornal sensacionalista, a violência e o sagrado. 2006 – Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0631-1.pdf>). Acesso em 13/02/09

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo. Ed. Perseu Abramo, 2004.

SCOOT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: . In: Curso de Especialização em Assistência Sócio-Jurídica e Segurança Pública. Programa de Pós-Graduação da FACEX, Natal-Rn: março de 2007.

SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso**: Televisão, indivíduo e poder no Brasil. 3 Ed. São Paulo: Cortez. 1994.



RICHARTZ, Terezinha. **Conceituando gênero e patriarcado.** Disponível em: www.projeto.org.br/emapbook/map_ter.htm - 39k.. 2004. Acesso em 18/12/08